

A Educação enquanto Fenômeno Social: Política, Economia, Ciência e Cultura

2

Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)



A Educação enquanto Fenômeno Social: Política, Economia, Ciência e Cultura

2

Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 A educação enquanto fenômeno social: política, economia, ciência e cultura 2 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5706-532-7
DOI 10.22533/at.ed.327200511

1. Educação. 2. Política. 3. Economia. 4. Ciência e Cultura. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Fomos surpreendidos, em 2020, por uma pandemia: a do novo coronavírus. O distanciamento social, reconhecida como a mais eficiente medida para barrar o avanço do contágio, fizeram as escolas e universidades suspenderem as suas atividades presenciais e pensarem em outras estratégias que aproximassem estudantes e professores. E é nesse lugar de distanciamento social, permeado por angústias e incertezas típicas do contexto pandêmico, que os professores pesquisadores e os demais autores reúnem os seus escritos para a organização deste livro.

Como evidenciou Daniel Cara em uma fala a mesa “*Educação: desafios do nosso tempo*” no Congresso Virtual UFBA, em maio de 2020, o contexto pandêmico tem sido uma “tempestade perfeita” para alimentar uma crise que já existia. A baixa aprendizagem dos estudantes, a desvalorização docente, as péssimas condições das escolas brasileiras, os inúmeros ataques a Educação, Ciências e Tecnologias, os diminutos recursos destinados, são alguns dos pontos que caracterizam essa crise. A pandemia, ainda segundo ele, só escancara o quanto a Educação no Brasil é uma reprodutora de desigualdades.

Nesse ínterim, faz-se pertinente colocar no centro da discussão as diferentes questões educacionais, sobretudo aquelas que inter cruzam e implicam ao contexto educacional. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas educacionais postos pela contemporaneidade é um desafio, aceito por muitos professores pesquisadores brasileiros, como os compõe essa obra.

O cenário político de descuido e destrato com as questões educacionais, vivenciado recentemente, nos alerta para uma necessidade de criação de espaços de resistência. É importante que as inúmeras problemáticas que circunscrevem a Educação, historicamente, sejam postas e discutidas. Precisamos nos permitir ser ouvidos e a criação de canais de comunicação, como este livro, aproxima a comunidade, de uma forma geral, das diversas ações que são vivenciadas no interior da escola e da universidade.

Portanto, as discussões empreendidas neste volume 02 de “***A Educação enquanto Fenômeno Social: Política, Economia, Ciência e Cultura***”, por terem a Educação como foco, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussão e (re)pensar do campo educacional, assim como também da prática docente, considerando os diversos elementos e fatores que a inter cruzam.

Este livro reúne um conjunto de textos, originados de autores de diferentes estados brasileiros e países, e que tem na Educação sua temática central, perpassando por questões de gestão escolar, inclusão, gênero, ciências

e tecnologias, sexualidade, ensino e aprendizagem, formação de professores, profissionalismo e profissionalidade, ludicidade, educação para a cidadania, política, economia, entre outros.

Os autores que constroem essa obra são estudantes, professores pesquisadores, especialistas, mestres ou doutores e que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores e discussões por eles empreendidas, mobilizam-se também os leitores e os incentiva a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e a todas uma produtiva e lúdica leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA EM ESTUDANTE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA REVISÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ASSISTENCIAIS

Silvana Lopes Mendonça Valentin

Solange Mendonça Lopes

Laura Jazmin Ledesma Martinez

DOI 10.22533/at.ed.3272005111

CAPÍTULO 2..... 18

INCLUSÃO DE DEFICIENTES NO ESTADO DE ALAGOAS: DIFICULDADES E AVANÇOS

Lucas Ferreira Costa

Carlos Roberto Lima Rodrigues

Marília Layse Alves da Costa

Amanda Lima Cunha

Karulyne Silva Dias

Heloísa Helena Figuerêdo Alves

Ivanna Dacal Veras

Mabel Alencar do Nascimento Rocha

Saskya Araújo Fonseca

Thiago José Matos Rocha

Jesse Marques da Silva Junior Pavão

Aldenir Feitosa dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.3272005112

CAPÍTULO 3..... 30

LITERATURA EM LIBRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REME DOURADOS-MS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Naura Rosa Pissini Battaglin Merey

Cristina Fátima Pires Ávila Santana

Claudia Marinho Carneiro Noda

Elis Regina dos Santos Viegas

DOI 10.22533/at.ed.3272005113

CAPÍTULO 4..... 40

TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO (TEA): A INTEGRAÇÃO E A INCLUSÃO NA APRENDIZAGEM

Eliza Terezinha Rupolo Woos

Celso Antonio Conte

DOI 10.22533/at.ed.3272005114

CAPÍTULO 5..... 56

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO E PERMANÊNCIA DOS EDUCANDOS NO CONTEXTO ESCOLAR

Marcília Maria Alves Chaves

Luana Frigulha Guisso

DOI 10.22533/at.ed.3272005115

CAPÍTULO 6..... 71

A INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NO CURRÍCULO ESCOLAR: UMA REFLEXÃO SOBRE OS CONTEÚDOS ATITUDINAIS NA FORMAÇÃO DA CRIANÇA

Mirella Epifânio Mesquita

Maria de Jesus Campos de Souza Belém

DOI 10.22533/at.ed.3272005116

CAPÍTULO 7..... 85

USO PEDAGÓGICO DO SOROBAN: DISPOSITIVO MEDIADOR DOS PROCESSOS DE LETRAMENTO MATEMÁTICO DOS SUJEITOS CEGOS E VIDENTES

Márcia Raimunda de Jesus Moreira da Silva

Jusceli Maria Oliveira de Carvalho Cardoso

Liz Leal Mota Capistrano

Lucimara Morgado Pereira Lima

Marta Martins Meireles

Nélia de Mattos Monteiro

Tháise Lisboa de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.3272005117

CAPÍTULO 8..... 98

UMA EXPERIÊNCIA DE INCLUSÃO

Janaína Schell dos Santos

Carla Sant'Ana Oliveira

Carla Luciane Blum Vestena

DOI 10.22533/at.ed.3272005118

CAPÍTULO 9..... 116

ESTUDO SOBRE A IMPLANTAÇÃO DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL, TIPO I PARA ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO NO PARANÁ

Rosemeri Ruppel Stadler

Mariangela Deliberalli

DOI 10.22533/at.ed.3272005119

CAPÍTULO 10..... 131

ENVELHECIMENTO E EDUCAÇÃO: A ESCOLA COMO IMPORTANTE ESPAÇO DE DISCUSSÃO E REFLEXÃO SOBRE A VELHICE

Nádia Marota Minó

Eleusy Natália Miguel

Anmaly Natália Miguel Monteiro Gilbert

DOI 10.22533/at.ed.32720051110

CAPÍTULO 11..... 139

A “INCLUSÃO” DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO

SUPERIOR

Ozair Dias da Costa
Irongina de Fátima Silva

DOI 10.22533/at.ed.32720051111

CAPÍTULO 12..... 153

EVOLUCIÓN DE LA OPINIÓN SOBRE LA CIENCIA EN EL COLEGIO DURANTE LA EDUCACIÓN SECUNDARIA OBLIGATORIA EN FUNCIÓN DEL GÉNERO

Jesús David León Olarte
Beatriz Robredo Valgañón

DOI 10.22533/at.ed.32720051112

CAPÍTULO 13..... 165

BASES PARA ELABORAÇÃO DE UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA PARA ALUNOS COM DEFASAGEM NA ALFABETIZAÇÃO

Dirce Charara Monteiro

DOI 10.22533/at.ed.32720051113

CAPÍTULO 14..... 175

INCLUSÃO DE ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES E SUPERDOTAÇÃO: DESAFIOS E ANSEIOS

Lucia Marcinek Kadlubitski

DOI 10.22533/at.ed.32720051114

CAPÍTULO 15..... 188

O CONHECIMENTO DE ADOLESCENTES SOBRE BULLYING NO AMBIENTE ESCOLAR: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Ivando Amancio da Silva Junior
Aline Mesquita Lemos
Antônia Cristina Jorge
Antônia Kelina da Silva Oliveira Azevedo
Dayana Alves da Costa
Eronildo de Andrade Braga
Leilson Lira de Lima
Lucimar Camelo Souza
Germana Maria Viana Cruz
Givanildo Carneiro Benício
Roberto Wagner Junior Freire de Freitas
Samuel Ramalho Torres Maia

DOI 10.22533/at.ed.32720051115

CAPÍTULO 16..... 200

INCLUSÃO ESCOLAR: RELATO DE UMA EXPERIENCIAÇÃO “DISCENTE ~ DOCENTE ~ APRENDENTE”

Anderson Rodrigues Ramos
Priscila Tamiasso-Martinhon
Angela Sanches Rocha
Célia Sousa

DOI 10.22533/at.ed.32720051116

CAPÍTULO 17.....211

O DESAFIO DA ESCOLA FRENTE ÀS DROGAS: CONTRIBUIÇÃO DO PADRE PAUL-EUGÈNE CHARBONNEAU

Jefferson Fellipe Jahnke

Alboni Marisa Dudeque Pianovski Vieira

DOI 10.22533/at.ed.32720051117

CAPÍTULO 18..... 224

A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E A PSICOMOTRICIDADE: DESENVOLVENDO POTENCIALIDADES E POSSIBILIDADES NO CONVÍVIO COM AS DIFERENÇAS E DESENVOLVIMENTO HUMANO

Rubens Venditti Júnior

Paulo César Cadima Júnior

Milton Vieira do Prado Júnior

Súsel Fernanda Lopes

DOI 10.22533/at.ed.32720051118

CAPÍTULO 19..... 255

INCLUSÃO DE DEFICIENTES NO ENSINO DE QUÍMICA: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Lucas Ferreira Costa

Carlos Roberto Lima Rodrigues

Marília Layse Alves da Costa

Amanda Lima Cunha

Karulyne Silva Dias

Heloísa Helena Figuerêdo Alves

Ivanna Dacal Veras

Mabel Alencar do Nascimento Rocha

Saskya Araújo Fonseca

Thiago José Matos Rocha

Jesse Marques da Silva Junior Pavão

Aldenir Feitosa dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.32720051119

CAPÍTULO 20..... 267

TRANSTORNO DEPRESSIVO E QUALIDADE DE VIDA EM ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Maria Lysete de Assis Bastos

Gian Carlos Rodrigues do Nascimento

Adriana Reis Todaro

Jorge Andres Garcia Suarez

Freddy Seleme Mundaka

Sara Roberta Cardoso da Silva Carvalho

Daniglayse Santos Vieira

Elizabeth Francisco dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.32720051120

CAPÍTULO 21	277
UTILIZAÇÃO DE MATERIAL LÚDICO NO ENSINO SOBRE A ANATOMIA DA GENITÁLIA FEMININA: RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Leonardo Alves da Silva Palacio	
Roselaine Terezinha Migotto Watanabe	
Rafaela Cabral Belini	
Camila Marins Mourão	
Renata Lopes da Silva	
Bruna Louveira Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.32720051121	
CAPÍTULO 22	280
INCLUSÃO LABORAL DO PROGRAMA JOVEM APRENDIZ DO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA - CAMPUS ESTRUTURAL	
Priscila de Fátima Silva	
Paulo Coelho Dias	
Francisco de Assis Póvoas Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.32720051122	
CAPÍTULO 23	287
A IMPORTÂNCIA DO VÍNCULO NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS	
Iana Crusóé Rebello Horta	
DOI 10.22533/at.ed.32720051123	
CAPÍTULO 24	300
A INCLUSÃO DO ALUNO NO ÂMBITO ESCOLAR POR MEIO DA LEGITIMAÇÃO DO DIA DA FAMÍLIA	
Carolina Ferreira Pereira	
Lara Ribeiro do Vale e Paula	
DOI 10.22533/at.ed.32720051124	
SOBRE O ORGANIZADOR	305
ÍNDICE REMISSIVO	306

CAPÍTULO 9

ESTUDO SOBRE A IMPLANTAÇÃO DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL, TIPO I PARA ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO NO PARANÁ

Data de aceite: 03/11/2020

Rosemeri Ruppel Stadler

Universidade Estadual do Centro-Oeste
UNICENTRO
Candói - Pr
<http://lattes.cnpq.br/9145667188609743>

Mariangela Deliberalli

Universidade Estadual do Centro-Oeste
UNICENTRO
Candói - Pr
<http://lattes.cnpq.br/6567903048036722>

RESUMO: O presente artigo objetivou compreender o desenvolvimento da Educação Especial no Estado do Paraná enquanto modalidade de ensino e observar o avanço na área de Altas Habilidades/Superdotação. Identificar as ações políticas que determinaram a implantação das Salas de Recursos Multifuncional, Tipo I e compreender como o estado vem trabalhando para atender os alunos com Altas Habilidades/Superdotação, demonstrar assim a organização quanto aos critérios para funcionamento, metodologia, avaliação e atendimento educacional especializado. Para realizar este trabalho foram utilizados documentos nacionais e internacionais, as DCes de Educação Especial, Resoluções e a Instrução 010/2011 do Estado do Paraná que estabelece e organiza o atendimento para o aluno com AH/SD. Os resultados demonstraram um avanço significativo para este público, no entanto, observa-se que ao considerar o número de estudantes atendidos no Estado em

números de matrículas realizadas muito precisa-se realizar para atingir 3% a 5% conforme a Organização Mundial da Saúde. A pesquisa identificou as ações políticas, leis e resoluções presentes na década de noventa e ano dois mil como determinantes para justificar os avanços encontrados. Para que a Educação Especial cumpra o que é previsto na lei o estado precisa investir em formação profissional e aumentar os recursos para atender esta demanda. As Salas de Recursos no estado do Paraná para as AH/SD foram implantadas com a Política de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva a partir de 2007.

PALAVRAS – CHAVE: Educação Especial, Altas Habilidades/Superdotação, história, Paraná, Atendimento Educacional Especializado.

STUDY ABOUT DEPLOYMENT OF MULTIFUNCTIONAL CLASSES KIND 1 TO HIGH ABILITIES/GIFTEDNESS IN PARANÁ

ABSTRACT: The objective of this paper is to understand the development of Special Education in Paraná state while category of teaching and to note the progress in high abilities/giftedness area. To identify political actions that established the employment of multifunctional classes, kind 1. To identify how State has worked to help gifted students and to demonstrate the organization regarding conditions to functioning, methodology, evaluation and specialized educational teaching. National and international documents were utilized to write this paper as special education DCes, normative resolutions and instruction 010/2011 of

Paraná state that establish and organize the educational service to gifted students. This paper is a part of a dissertation where the objective was to investigate some students' development into high abilities/giftedness specialized classes while they are a special education public. Results were there is considerable progress regarding education to this public, however, it is possible to note that in face of number of students in schools in Paraná, it is necessary a lot of registrations to hit 3% to 5% according World Health Organization. Political actions, laws and current normative resolutions during nineties and twenty hundreds were determinant to justify the progress in Special Education. State has to develop professional formation and resources to Special Education to be successful regarding as planned in law. Multifunctional classes in Paraná State were deployed because Special Education Policy based on Inclusive Education perspective.

KEYWORDS: Special Education, High Abilities/Giftedness, History, Paraná, Specialized Educational Teaching.

INTRODUÇÃO

A Educação Especial enquanto modalidade de ensino veio para reforçar o “direito” de todo cidadão de receber educação e atendimento educacional especializado de qualidade. Os documentos oficiais, reestruturam, fundamentam e organizam todo o trabalho a ser realizado com os alunos presentes na Sala de Recursos Multifuncionais, Tipo Ie descrevem o AEE (Atendimento Educacional Especializado) com um novo olhar de respeito às diferenças. Neste cenário, o aluno com AH/SD ganha espaço para ser atendido, respeitado e estimulado de acordo com a sua necessidade.

As Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a Construção de Currículos Inclusivos do Estado do Paraná compreendem a “Educação Especial” como modalidade que dialoga e compartilha os mesmos princípios e práticas da educação geral. Ressalta o respeito, o olhar as diversidades e convidam a todos os profissionais, famílias e sistema político a assumirem um compromisso com a pluralidade das manifestações humanas nas relações cotidianas da escola, (DCes, 2010). Ao dialogar sobre a construção desta nova ética social presente na educação para todos às Diretrizes Curriculares compreendem a complexidade do momento e reconhecem que a mudança social se faz a longo prazo.

Neste caminhar importante e necessário para a história da educação no país e no estado do Paraná é preciso disposição para discutir ideias, rever valores e compartilhar propostas de mudanças. Assim, construir alternativas, caminhos e superar práticas, que não correspondem mais as necessidades dos alunos tornaram-se desafios importantes para os próximos anos. As diretrizes Curriculares do Estado do Paraná apresentam os fundamentos filosóficos, teóricos e legais da Educação Especial, contextualizados na complexa dinâmica dos movimentos sociais que

inspiraram suas ações em nível nacional e internacional, os quais lhe imprimem um novo sentido na atualidade, (DCes, 2006).

O Estado do Paraná implantou a partir de 2007 as Salas de Recursos Multifuncionais, Tipo I, área de Altas Habilidades/Superdotação e assim organizar e cumprir com o direito dos alunos matriculados da rede pública estadual com indicativos de AH/SD. Observou – se que até este momento todo o atendimento na área de educação especial era para o aluno com DI (Deficiência Intelectual), Distúrbios e Transtornos de aprendizagens.

O gráfico 01 abaixo revela o crescimento no atendimento educacional especializado em todas as áreas da educação Especial onde o aluno com AH/SD passa a ser visualizado no sistema de ensino público.

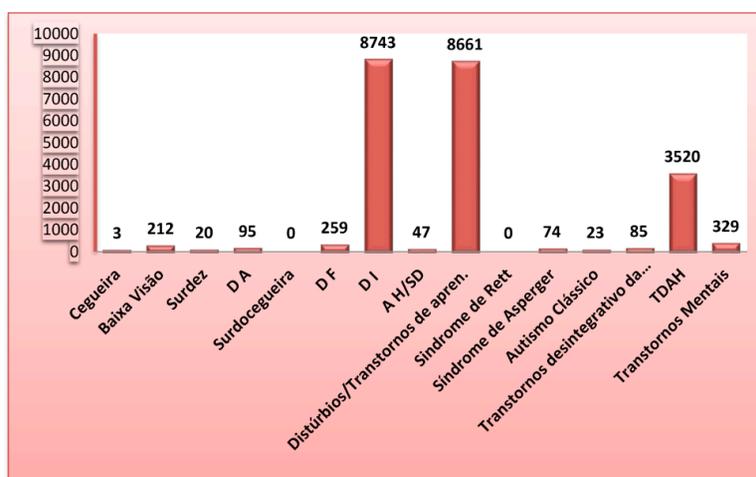


GRÁFICO 10:SRM - Atendimento educacional especializado no Estado do Paraná

Fonte: PORTO, Patrícia Padilha, 2014.

No estado do Paraná, até o momento da pesquisa de Porto (2014) foram autorizadas 1.800 SRM tipo 1. Nessas salas é atendido um total de 22.071 alunos, uma média de 12 alunos por SRM (PARANÁ, 2013). O tipo de NEE tem muita variação, sendo que existe um número expressivo de casos de DI (Deficiência Intelectual com (8743) alunos matriculados segundo Censo Escolar de 2014, Distúrbios/Transtornos de Aprendizagem (8.661 alunos) e de Transtornos de Déficit de Atenção (3.520 alunos).Este cenário configura-se que até este momento, o grande público alvo da Educação Especial era o aluno com “Dificuldades em aprender” e o aluno com AH/SD não era considerado aluno da Educação Especial.

O estado do Paraná vem avançando em suas políticas públicas para

atender e cumprir a legislação vigente. É com este propósito que o estado vem acompanhando e adaptando o atendimento ao aluno talentoso, criativo, produtivo e habilidoso. Observa-se pelo gráfico que até dois mil e catorze somente quarenta e sete alunos estão matriculados e aparecem no Censo Escolar. É um número muito baixo se verificado o total de alunos que o estado atende, mas significativo diante do interesse de profissionais que estudam e atualmente se interessam pela área das AH/SD. Este cenário vem mudando e com a implantação da Instrução 010/2011 o estado do Paraná estabelece critérios para o funcionamento da Sala de Recursos Multifuncional, Tipo I, para a educação básica na área de Altas Habilidades/Superdotação, acompanha as deliberações nacionais para a implantação do Atendimento Educacional Especializado e implementa conforme a sua realidade.

Este artigo pretende apresentar o caminho percorrido pela legislação até os dias atuais, atualizar os números quanto o atendimento especializado para os alunos com Altas Habilidades/Superdotação e neste contexto histórico observar que a educação acontece de maneira lenta e os avanços são significativos para garantir o direito de toda criança. No entanto, para falar sobre “Altas Habilidades/Superdotação, torna-se necessário entender o processo da “Educação Inclusiva” no mundo e no Brasil, e assim, compreender as leis brasileiras na implantação do atendimento educacional especializado.

MÉTODO DE PESQUISA

Para a realização desta pesquisa priorizou-se o estudo de documentos importantes no desenvolvimento das ações políticas observadas até o presente momento na Educação Especial. Foram analisadas as leis internacionais e nacionais, os grandes encontros como Jontien e Salamanca, LDB (Leis de Diretrizes e Bases) da educação nacional, Resoluções e Instruções do Estado do Paraná, as DCes de Educação Especial, PEE (Plano Estadual de Educação).

POLÍTICA PÚBLICA: IMPLANTAÇÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO NO BRASIL

Em 1988, a Constituição Federal foi aprovada garantindo a todos os cidadãos os direitos básicos de sobrevivência. Sendo um dos principais, a igualdade de direitos perante a lei, ou seja, todos são iguais e merecem respeito. Diante da participação

1. O princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade à todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades (SALAMANCA, 1994).

intensiva do Brasil nos encontros mundiais sobre “direitos humanos e educação para todos”, a exemplo, da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, Conferência Mundial em Jomtien, 1990 e a Declaração de Salamanca em 1994 – as leis brasileiras trazem a partir da nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases) preocupação de atender a “todos” no contexto inclusivo. A década de noventa impulsionou debates importantes em defesa da escolano cenário mundial e tudo o que se falava sobre Educação Inclusiva ganhava espaço de discussão e reflexão sobre pluralidade cultural, diversidade, diferença étnico-racial, gênero e necessidades educacionais especiais.

A tabela 01 descreve os momentos históricos em que o termo “Bem Dotado ou Superdotado” foi utilizado na legislação brasileira e exemplifica as primeiras ações reais para a implantação de políticas públicas quanto ao atendimento do(a) aluno(a) com diagnóstico de Altas Habilidades/Superdotação presentes na escola pública.

1961	Lei 4024/61. LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) artigo 88 e 89 tratavam da educação dos excepcionais. Helena Antipoff lembra dos Bem Dotados.
1971	Lei 5.692/71. LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) artigo 9. “tratamento especial aos excepcionais, deficientes, problema de conduta e superdotados . Criação do Projeto “PRIORITÁRIO N. 35”- estabeleceu a educação de superdotados como área da Educação Especial.
1990	Participação do Brasil na Conferência Mundial em Educação para “TODOS” em Jomtien, Tailândia.
1994	Política Nacional de Educação Especial, SEESP/MEC, revisão dos principais conceitos, análise de situação, fundamentos axiológicos. Publicação do documento “Declaração de Salamanca e Linha de ação sobre NEE e Plano Decenal de Educação para “TODOS”.
1996	Lei 9394/96 LDB (Lei de Diretrizes e Bases) da Educação Nacional. Artigos 58 e 59.
2001	Parecer CNE/CEB N. 17 E Resolução CNE/CEB n. 2 BRASIL , Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica/ Secretaria de Educação Especial – MEC, SEESP, 2001.
2005	Implantação dos NAAHS – Núcleo de Atividades para Altas Habilidades/ Superdotação.
2007	Lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (Piso do Magistério) Salas Multifuncionais e outros. PROINESP- Projeto de Informática na Educação Especial.
2008	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Documento deixa de usar a expressão “NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS” e passa a referir-se a alunos com Deficiência, Transtornos Globais de desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação.

TABELA 01. Evolução Histórica sobre “Educação Inclusiva” na legislação brasileira

Fonte: a autora, 2015. Adaptação da obra: Mazzotta, Marcos J. S. Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas. 5º edição. São Paulo, Cortez, 2005. Instrução n° 016/ 2011.

Delou (2008 p. 38) ressalta que, a “garantia dos direitos nas áreas das Altas Habilidades/Superdotação não depende apenas de lei, Resolução ou de Política Pública Nacional. É preciso mais. É preciso formação docente continuada, intensa e integral”. Cabe ressaltar que o atendimento especializado precisa muito mais do que um ato político, é preciso investimento em profissionais especializados, estrutura física com acessibilidade, material adaptado, avaliação diagnóstica, equipe multidisciplinar e acompanhamento diário.

Observa-se que todos os momentos históricos foram importantes para a compreensão da legislação atual e com o advento dos grandes encontros mundiais para o debate sobre educação para todos, Jomtien, Salamanca e Fórum Consultivo Mundial: Educação para Todos: o Compromisso de Dakar, Senegal em 2000 foram determinantes para a construção da legislação atual. A evolução histórica apresenta o movimento das ações políticas fragmentadas e poucas realizações na prática.

Em 2010 a Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação elaborou, divulgou e mandou para as escolas a Coleção: A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar para direcionar e fundamentar teoricamente a linha de ação para o Atendimento educacional especializado. Esta coleção, construída a partir da legislação vigente no país busca contribuir para um atendimento de qualidade. Documentos elaborados para o funcionamento das Salas de Recursos Multifuncionais Tipo I organizam o currículo, o planejamento, a avaliação, as práticas educativas, objetivos e constrói um diálogo entre ensino comum e atendimento especializado.

1. A Escola Comum Inclusiva;
2. O Atendimento Educacional Especializado para Alunos com Deficiência Intelectual;
3. Os Alunos com Deficiência Visual: Baixa Visão e Cegueira;
4. Abordagem Bilíngue na Escolarização de Pessoas com Surdez;
5. Surdo cegueira e Deficiência Múltipla;
6. Recursos Pedagógicos Acessíveis e Comunicação Alternativa e Aumentativa;
7. Orientação e Mobilidade, Adequação Postural e Acessibilidade Espacial;
8. Livro Acessível e Informática Acessível;
9. Transtornos Globais do Desenvolvimento;
10. Altas Habilidades/Superdotação.

A CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA DE ESTADO NO PARANÁ PARA AS AH/SD

No estado do Paraná é aprovada a Instrução 010/2011 que organiza e implanta o atendimento educacional especializado para atendimento ao aluno em processo de identificação e características de AH/SD nas escolas públicas paranaense. Esta Instrução define e organiza o Atendimento Educacional Especializado no Estado do Paraná quanto ao: objetivo, atendimento, alunado, critérios para organização funcional, critérios de organização pedagógica e atribuições do professor. A tabela 02 apresenta todos os critérios de organização funcional.

CRITÉRIOS PARA ORGANIZAÇÃO FUNCIONAL	
Carga horária	20 horas aulas semanais, distribuídas em atendimento e hora atividades.
Recursos materiais	Materiais didáticos de acessibilidade, equipamentos tecnológicos e mobiliários que compõem um kit disponibilizado pelo MEC. Recursos pedagógicos específicos e adaptados: jogos pedagógicos que valorizam os aspectos lúdicos, estimula a criatividade, a cooperação, a reciprocidade.
Número de alunos	O número máximo deverá ser de 20 (vinte) alunos, com atendimento por cronograma, para cada Sala de Recursos Multifuncionais - Tipo I para Altas Habilidades/Superdotação.
Cronograma de atendimento	Individual ou em grupos,
Frequência	2 (duas) a 4 (quatro) vezes por semana
Horário de atendimento	Seguir a estrutura e o funcionamento da escola onde estiver autorizada, horários alternativos.
Quanto à documentação	Caberá à secretaria da escola a responsabilidade sobre a documentação do aluno.
Pasta Individual	O parecer pedagógico que indicou este atendimento.
Histórico Escolar	O aluno que frequentar a Sala de Recursos Multifuncional terá duas matrículas para a organização de atendimento, mas não deverá constar no Histórico Escolar que o aluno frequentou Sala de Recursos Multifuncional – Tipo I para Altas Habilidades/Superdotação.
Transferência	Deverão ser acrescentadas cópias do parecer da equipe pedagógica de encaminhamento para o serviço de atendimento e do último relatório de acompanhamento pedagógico.
Matrícula	Matricular o aluno no Sistema Estadual de Registro Escolar – SERE
Censo Escolar	Registrar, no Censo Escolar MEC/INEP, a matrícula dos alunos público-alvo da educação especial, na Sala de Recursos Multifuncional – Tipo I para Altas Habilidades/Superdotação da escola
Desligamento	Deverá ser formalizado por meio de relatório pedagógico e arquivar na Pasta Individual do aluno.

TABELA 02: Estabelece os critérios para a organização funcional da Sala de Recursos para Altas Habilidades/Superdotação

Fonte: a autora 2015. Adaptado da Instrução 010/2011.

Ao organizar o Atendimento Educacional Especializado para os alunos com Altas Habilidades/Superdotação, a Secretaria de Estado de Educação do Paraná cumpre a legislação, respeita e reconhece as diferenças. O estado do Paraná busca por meio da legislação vigente desenvolver um trabalho de estímulo as diferentes capacidades, criatividade, ludicidade, competências acadêmicas e artísticas. Neste contexto, a escola enquanto instituição responsável pela apropriação do conhecimento científico abre-se para esta demanda até então invisível nas escolas paranaenses.

O Plano de Ensino elaborado pela Secretaria de estado do Paraná organiza os critérios de atendimento que será realizado quanto à organização funcional de atendimento ao aluno (a) com Altas Habilidades/Superdotação. Responde quanto aos procedimentos pedagógicos, avaliação diagnóstica, carga horária semanal, número de alunos, documentação, frequência, matrícula das atividades realizadas na Sala de Recursos Multifuncional, Tipo I.

CRITÉRIOS DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA NO ESTADO DO PARANÁ

Os critérios de organização pedagógica para o atendimento educacional especializado descrito na Instrução 010/2011 estabelecem à intervenção individual ou em grupo segundo a especificidade de cada aluno. Descreve a ação pedagógica a ser desenvolvida pelo docente e a elaboração do Plano de Atendimento do professor, como realizar a ação pedagógica, avaliação e relatório de acompanhamento.

Os critérios de organização funcional definem todos os itens a serem cumpridos pelas instituições de ensino que implantarem o Atendimento Educacional Especializado para Sala de Recursos Multifuncional, Tipo I e define a carga horária, número de alunos a serem atendidos, cronograma de atendimento, frequência, horário, documentação, pasta individual, histórico escolar, transferência, matrícula no censo escola e desligamento. A tabela 03 apresenta os critérios para a organização pedagógica enquanto proposta de intervenção para o enriquecimento curricular na proposta de Renzulli.

CRITÉRIOS DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

1. Plano de Atendimento Educacional Especializado	<p>a) É uma proposta de intervenção pedagógica a ser desenvolvida de acordo com a especificidade de cada aluno. Será elaborado a partir das informações da avaliação pedagógica no contexto escolar, SEED/ DEEIN.</p> <p>b) A ação pedagógica deverá ser organizada de forma individual para atender às intervenções sugeridas no plano de atendimento educacional especializado.</p> <p>c) A ação pedagógica deverá constituir um conjunto de procedimentos específicos, que tem por objetivo enriquecer a aprendizagem.</p> <p>d) Oportunizará o desenvolvimento nos relacionamentos intra e interpessoais, priorizando o autoconhecimento e a socialização das pesquisas.</p> <p>e) O trabalho pedagógico oportunizará autonomia em três eixos:</p>
2. Ação pedagógica	<p>1º eixo: Individual (projeto de interesse pessoal), ou em grupo (campos de interesses e habilidades).</p> <p>2º eixo: Trabalho colaborativo com professores da classe comum com objetivo de desenvolver ações para possibilitar o acesso curricular, avaliação diferenciada.</p> <p>3º eixo: Trabalho colaborativo com a família com objetivo de reorganizado de acordo com o trabalho desenvolvido pelo aluno ou grupo, objetivando a suplementação curricular.</p> <p>f) Encaminhamento de relatório periódico ao NRE (Núcleo Regional de Educação).</p>
3. Avaliação e Acompanhamento	<p>a) A avaliação de ingresso se efetiva a partir da avaliação pedagógica no contexto escolar.</p> <p>b) O parecer pedagógico deverá ser orientado e vistado pela equipe de educação especial do NRE.</p> <p>c) A avaliação para a identificação das altas habilidades/superdotação deverá ser realizada, no contexto escolar do ensino comum, por meio da observação direta e sistemáticas, interesses, capacidade intelectual geral, aptidão acadêmica específica, pensamento criador ou produtivo, capacidade de liderança, talento especial para as artes e capacidade psicomotora.</p> <p>d) Os resultados pertinentes à avaliação pedagógica, realizada no contexto escolar, deverão ser registrados em parecer pedagógico.</p>
Relatório de Acompanhamento Pedagógico.	<p>Avaliação processual em três eixos ambientais: Sala de Recursos Multifuncional – Tipo I para Altas Habilidades/Superdotação, contexto escolar e família. Os avanços acadêmicos do aluno, tanto na classe comum como na Sala de Recursos Multifuncional – Tipo I para Altas Habilidades/Superdotação, devem estar registrados em relatório pedagógico.</p>

TABELA 03. Estabelece critérios para a organização pedagógica: Sala de Recursos para Altas Habilidades/Superdotação.

Fonte: a autora, 2015. Adaptação da Instrução nº010 (Paraná, 2011).

A organização pedagógica é construída pelo profissional da Sala de Recursos Multifuncional, Tipo I para as Altas Habilidades/Superdotação. A Instrução 010/2011 estabelece os critérios para o AEE para as Altas Habilidades/Superdotação e as avaliações seguem a teoria de Renzulli (1997) conceituadas como “Altas Habilidades/Superdotação” o potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes; também apresentam elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e a

realização de tarefas em áreas de seu interesse.

A Instrução nº010 (Paraná, 2011) da Secretaria de estado do Paraná traz todos os indicativos para a proposta de intervenção pedagógica e atendimento específico e individualizado, avaliação, acompanhamento pela professora, equipe pedagógica e relatório.

ATRIBUIÇÃO DO PROFESSOR DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL, TIPO I PARA ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO

O Estado do Paraná organiza e direciona o atendimento educacional especializado na rede pública de ensino, a partir de concurso público ou teste seletivo PSS (Processo Seletivo Simplificado) para os professores especialistas na área de Educação Especial e Educação Inclusiva. As atribuições deste profissional estão regulamentadas na Instrução 010/ 2011, no que tange a:

-Identificar as necessidades educacionais especiais dos alunos com Altas Habilidades/Superdotação.

- Elaborar Plano de Atendimento Educacional Especializado, com metodologia e estratégias diferenciadas, para atender as intervenções pedagógicas.

- Organizar cronograma de atendimento pedagógico individual ou pequenos grupos, reorganizar sempre de acordo com o desenvolvimento acadêmico do aluno.

- Registrar semestralmente os avanços do aluno, conforme plano de atendimento.

-Orientar os professores da classe comum, juntamente com a equipe pedagógica, no enriquecimento curricular, avaliação e metodologia.

- Acompanhar o desenvolvimento acadêmico do aluno na classe comum, visando à funcionalidade das intervenções e recursos pedagógicos trabalhados.

-Desenvolver um trabalho colaborativo junto aos professores da classe comum com diferentes experiências.

- Desenvolver um trabalho colaborativo junto às famílias com o objetivo de discutir e somar as responsabilidades sobre as ações pedagógicas.

- Participar de todas as atividades previstas no calendário escolar. (SEED/SUED: Instrução 010/11).

A organização educacional no estado do Paraná prioriza a qualidade enquanto atendimento semanal com o objetivo de estimular, desenvolver, enriquecer o conhecimento acadêmico e neste contexto, o profissional é responsável para desenvolver uma metodologia dinâmica, rica e envolvente. As Salas de Recursos do estado do Paraná trabalham na perspectiva nacional de atendimento e adota o direcionamento previsto no material construído pela Secretaria Nacional de Educação Especial, Coleção: A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar aborda.

O fascículo 10, tema: “A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: Altas Habilidades/Superdotação” foi construída na perspectiva da epistemologia genética piagetiana para estudo e trabalho sobre a inteligência. Este material fundamenta e constrói um caminho para a compreensão sobre as AH/SD. O atendimento busca o enriquecimento curricular, projetos de estímulo, pesquisa, desenvolvimento do processo criativo, trabalho individualizado e coletivo.

Giffonyaput Brasil (2010, p. 9) salienta que dentre as diversas teorias do desenvolvimento, destacam-se os estudos de Piaget², os quais demonstram como, ao longo desse processo, cruza-se a filogênese, relacionada aos determinantes biológicos da espécie, com a ontogênese, que envolve os aspectos culturais. O enfoque piagetiano da construção da inteligência permite compreender de que modo a interação desses dois aspectos vai delineando cada ser humano como um indivíduo diferenciado e único.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O atendimento na modalidade de Educação Especial é realizado no Paraná, em escola de Educação Básica na modalidade de Educação Especial e na oferta de atendimento educacional especializado (PEE, 2015, p. 36). No art. 1 aprova o Plano Estadual de Educação (PEE-PR), com vigência por dez anos, a contar da publicação da lei e com vistas ao cumprimento do disposto no art.214 da Constituição Federal.

O Plano de Educação do estado do Paraná descreve os números referentes ao Atendimento Educacional Especializado de 2010 a 2013 e verifica-se o número de atendimento realizado neste período na forma estadual, municipal e particular. Neste período observa-se que a rede particular aparece como responsável por esta modalidade de ensino e verifica-se a participação do Estado na forma de convênio técnico e financeiro com as mantenedoras das instituições de ensino

O resultado do Censo Escolar, 2010 a 2013, referente ao Atendimento Educacional Especializado, na modalidade de Educação Especial, demonstra

2. Obras: PIAGET, J. **Os Pensadores**. São Paulo. Abril S. A Cultural e Industrial, 1978. PIAGET, J. **Psicologia da Inteligência**. Rio de Janeiro. Zahar a editores, 1983. PIAGET, J. **Seis Estudos de Psicologia**. 22º Ed. Rio de Janeiro. Universitária Ltda. Forense, 1997.

o aumento da matrícula e representa um avanço na política paranaense, na compreensão das instituições de ensino, quanto ao direito do aluno receber atendimento especializado. É um acréscimo significativo comparado com as matrículas de 2012 e justificado pelo atendimento dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos que receberam atendimento educacional especializado.

Tabela 04 identifica a educação especial no Estado do Paraná.

Aluno	Estadual	Federal	Municipal	Particular	TOTAL
2010	433	--	9.595	16.512	26.540
2011	332	--	7.778	16.230	24.340
2012	139	--	7.072	32.459	39.670
2013	327	--	6.998	33.311	40.636

TABELA 04 – Número de matrículas na Educação Especial – Classe Especial e escola de Educação Especial – Paraná – 2010-2013

Fonte: Inep/MEC/2014 – Censo Escolar da Educação Básica.

Ao implantar este atendimento educacional especializado o governo estadual cumpre a prerrogativa da Constituição Federal, igualdade de oportunidade a “todos” e a LDB, lei 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases) da Educação Nacional, a qual atende a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008. A tabela 05 descreve o número de matrículas presentes no Estado do Paraná na Educação Especial.

Ano	Estadual	Federal	Municipal	Particular	TOTAL
2010	5.270	--	8.502	1.687	15.459
2011	6.903	--	9.397	1.922	18.222
2012	8.790	--	10.460	2.382	21.632
2013	10.025	--	11.012	18.338	39.375

TABELA 05 – Número de matrículas na Educação Especial – Atendimento Educacional Especializado – Paraná – 2010-2013

Fonte: Inep/MEC/2014 – Censo Escolar da Educação Básica. Pesquisa realizada no PEE.

O Censo Escolar traz informações importantes e gerais sobre a Educação Especial. Entretanto, não delimita os tipos de atendimento de acordo com as nomeações já estabelecidas na Resolução 04/2009: Deficiência Intelectual, Transtornos Globais de desenvolvimento e alunos com Altas Habilidades/

Superdotação. As informações presentes no Plano Estadual de Educação traduzem a realidade do Estado do Paraná e demonstram um aumento significativo no Atendimento Educacional Especializado, no entanto, demonstra a fragilidade da lei enquanto ação educacional para o incentivo de diagnosticar, atendimento e acompanhamento do aluno(a) com Altas Habilidades/Superdotação.

Sala de Recursos: serviço de natureza pedagógica, desenvolvido por professor habilitado ou especializado em educação especial, suplementa (no caso dos superdotados) e complementa (para os demais alunos) o atendimento educacional realizado em classes comuns da educação básica. Esse serviço realiza-se em escolas, em local dotado de equipamentos e recursos pedagógicos adequados as necessidades educacionais especiais dos alunos, podendo-se estender a alunos de escolas próximas, nas quais ainda não exista esse atendimento. Pode ser realizado individualmente ou em pequenos grupos, para alunos que apresentem necessidades educacionais especiais semelhantes, em horário diferente daquele em que frequentam a classe comum (PARANÁ, 2003, p. 20).

No Brasil e não diferente no estado do Paraná quando se refere à educação, tudo acontece de maneira muito lenta. Porto (2014) apresenta em seus estudos dados que comprovam que o atendimento especializado para os alunos com AH/SD ainda é muito pequeno no universo educacional paranaense. No entanto, observa-se um aumento considerado quanto ao atendimento educacional especializado para as AH/SD. O Censo Escolar de 2017, fornecido pela SEED/SUED/DIPLAN indicam 1757 (mil, setecentos e cinquenta e sete) matrículas realizadas na Rede Pública Estadual de Ensino do Paraná em 81 (oitenta e uma) Sala de Recursos Multifuncional para Altas Habilidades/Superdotação. Para que este atendimento aconteça com qualidade, o estado precisa investir em formação, recurso e profissional para atender esta demanda. As Salas de Recursos no Estado do Paraná foram implantadas após 2007 com a Política de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva.

Avançar no Atendimento Educacional Especializado depende de política pública, pois incluir é um trabalho de todos, é a preservação do direito. Assim olhar para o aluno (a) com a capacidade de compreender a complexidade humana, a diferença social, familiar e ambiental traduzida na sala de aula pela pluralidade cultural. É saber que apesar das limitações e os avanços encontrados no ambiente escolar, o ato de aprender é singular e contextual. Neste sentido, cabe a todos os envolvidos buscar no conjunto de ações movimentos positivos para atender às necessidades encontradas. A informação é a melhor ferramenta para dialogar sobre a qualidade na educação e criar uma organização eficaz quanto ao atendimento educacional seja este para a educação inclusiva ou no ensino regular.

Os dados apresentados na dissertação de Porto (2014) confirmam o processo lento de implantação do atendimento educacional especializado para

todas as áreas. Ao analisar o contexto estadual paranaense observa-se que muito precisa- se trabalhar para atender todas as áreas dentro de suas especificidades. Os profissionais devem abraçar o desafio de conhecer, buscar formação e trabalhar para que o aluno da “Educação Inclusiva” seja atendido, respeitado e valorizado como cidadão de direito.

REFERÊNCIAS

ANDRÉS, Aparecida. **Educação de Alunos Superdotados/Altas Habilidades: Legislação e Normas Nacionais Legislação Internacional**. Biblioteca Digital dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Coordenação de Biblioteca. Distrito Federal, 2010. WWW:<http://bd.camara.gov.br>

Bárbara Martins de Lima Delpretto, Francinete Alves Giffoni, SinaraPollomZardo. **A educação Especial na Perspectiva da Inclusão escolar: Altas Habilidades/Superdotação**. V. 10 (Coleção A Educação Especial na perspectiva da Inclusão escolar). Brasília, 2010.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. **Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, DF, 2001.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Base de 1961 - Lei 4024/61, de 20 de dezembro de 1961. Disponível em <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/129047/lei-de-diretrizes-e-base-de-1961-lei-4024-61>. Acesso em: mar. 2014.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases de 1971 – Lei 5692/71, Lei nº 5692/71 de 11 de agosto de 1971. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm. Acesso em: mar. 2014.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: mar. 2014.

BRASIL. WWW: <http://matricula.educacenso.inep.gov.br/controller.php>. Acesso em: jan, 2015

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. RES/48/96, Resolução das Nações Unidas adotada em Assembléia Geral, 1994.

DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS. **Plano de Ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. Aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos Jomtien, Tailândia - 5 a 9 de março de 1990.

DECLARAÇÃO INTERNACIONAL DE MONTREAL SOBRE INCLUSÃO. Tradução do inglês: Romeu KazumiSasaki. Montreal, Quebec, Canadá, 05/06/2001.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

Zenita Guenther ,Sarah Couto César e M. Helena Novaes Mira. **Histórico do atendimento ao PAH Brasil: evolução da legislação.** (Pirenópolis, 2006);

DELOU, C. M. C. **Educação do aluno com altas habilidades/superdotação: legislação e políticas educacionais para a inclusão.** In: FLEITH, D. de S. (Org). **A construção de práticas educacionais para alunos com altas habilidades/superdotação: orientação a professores.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007. Vol. 1, p. 25-39

_____. Instrução 010/2011-SUED/SEED. Estabelece critérios para o funcionamento da **SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL TIPO I** – para a Educação Básica na Área das Altas Habilidades/Superdotação.

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação Especial No Brasil: História e Políticas Públicas.** 5ªed. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. **Deliberação 02/2003.** Curitiba, 2003.

PARANÁ. DCE's. **Diretrizes Curriculares da Educação para a Construção de Currículos Inclusivos.** SEED, Governo do estado do Paraná Secretaria de Estado da educação Superintendência da Educação Curitiba, 2006.

PARANÁ. Secretaria Estadual de Educação. Instrução 010/2011 – **Estabelece critérios para o funcionamento da Sala de Recursos Multifuncional, Tipo 1** – para a Educação Básica na Área de Altas Habilidade/Superdotação/Paraná, 2011.

PARANÁ. Secretaria Estadual de Educação. Instrução n ° 016/ 2011 SEED/SUED **Sala de Recursos Multifuncional** – Tipo I na educação básica, 2011.

PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. SAEP (Sistema de Avaliação escolar do Paraná). Edição 2012/2013. Olimpíada Brasileira de Matemática: WWW.obm.org.br/export/default/provas.gabaritos/doces2014/3fase.nivel2.2014

PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a Construção de Currículos Inclusivos.** SEED. Curitiba, 2006. <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br>

PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica: Matemática. Governo do Estado do Paraná,** SEED. Curitiba, 2008. <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br>

PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. Inep/MEC/2014 – **Censo Escolar da Educação Básica. Pesquisa realizada no PEE.** Nota: Computadas as matrículas da classe especial e escola de Educação Básica Modalidade Especial.

PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. **Plano Estadual de Educação do Paraná.** 2015 -2025. Edição n.º 9.479. Lei nº 18.492. Curitiba, 24 de junho de 2015.

PORTO, Patrícia Padilha. **Caracterização do atendimento educacional especializado em Sala de Recurso Multifuncional: Um estudo do contexto paranaense.** Dissertação de Mestrado. UEL. Londrina, 2014

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ábaco 85, 86, 92, 93, 94, 96, 97

Acessibilidade 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 14, 16, 29, 32, 43, 44, 83, 102, 109, 113, 121, 122, 200, 201, 205, 207, 208, 209, 227, 234, 235, 247, 256, 257, 261, 263, 266, 290

Adolescentes 3, 6, 16, 24, 63, 134, 135, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 213, 216, 217, 219, 220, 275, 283, 286

Alfabetização 36, 59, 60, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 288, 299, 305

Altas habilidades e superdotação 175, 176, 184, 185, 186

Aluno com deficiência 55, 115, 144, 178, 201, 206, 207, 257

Âmbito social 300

Aprendizagem profissional 280, 281, 282, 285

Aprendizagem significativa 62, 78, 84, 278, 287, 288, 289, 292, 293, 294, 295, 297, 298

Atendimento educacional especializado 10, 29, 41, 51, 52, 97, 109, 112, 113, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 143, 148, 152, 207, 260, 266

Autismo 2, 3, 5, 6, 7, 10, 11, 15, 16, 17, 29, 40, 41, 42, 44, 47, 48, 49, 50, 52, 54, 55, 98, 100, 105, 106, 107, 113, 115, 287, 288, 289, 290, 291, 293, 294, 296, 299

Autismo infantil 40, 48, 54, 55

B

Baixa visão 86, 87, 90, 121, 140, 145, 147, 259, 260

Bullying 140, 147, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199

C

Cegueira 86, 87, 90, 121, 145, 146, 259, 260, 261

Ciências da natureza 256

Comunicação 2, 11, 13, 14, 33, 35, 36, 45, 46, 48, 53, 91, 98, 104, 107, 108, 109, 110, 113, 114, 121, 238, 241, 243, 245, 246, 260, 261, 285, 288, 289, 290, 293, 295, 297

Conteúdos atitudinais 71, 72, 75, 76, 77, 78, 79, 80

Currículo 19, 30, 33, 35, 39, 44, 54, 68, 71, 72, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 87, 102, 107, 119, 121, 132, 133, 140, 149, 161, 163, 201, 202, 216, 272

Currículo escolar 19, 54, 71, 72, 75, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 133, 216

D

Declaração de Salamanca 19, 23, 27, 104, 120, 129, 151, 175, 177, 265

Dia da família 300

Diversidade 6, 8, 9, 10, 22, 26, 33, 34, 37, 46, 47, 49, 50, 54, 55, 60, 77, 81, 103, 104, 105, 110, 111, 120, 135, 136, 137, 175, 176, 177, 178, 181, 183, 186, 196, 208, 224, 225, 227, 230, 231, 233, 235, 241, 246, 248, 251, 288, 292, 295, 302

Drogas 195, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223

E

Educação 2, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 134, 135, 136, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 150, 151, 152, 165, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 187, 194, 196, 197, 202, 203, 204, 208, 209, 210, 211, 216, 217, 219, 220, 221, 224, 225, 226, 227, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 237, 239, 243, 247, 248, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 262, 264, 265, 266, 274, 277, 281, 282, 283, 284, 285, 287, 288, 289, 291, 292, 294, 297, 298, 300, 301, 302, 303, 304, 305

Educação especial 10, 12, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 24, 25, 27, 28, 42, 43, 44, 49, 51, 52, 54, 55, 87, 89, 96, 97, 98, 100, 102, 103, 104, 105, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 141, 143, 144, 151, 177, 179, 180, 181, 182, 186, 187, 204, 224, 226, 231, 232, 250, 253, 256, 264, 266, 287, 288, 292, 294

Educação inclusiva 10, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 26, 27, 29, 49, 50, 54, 87, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 119, 120, 125, 127, 128, 129, 151, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 185, 186, 187, 203, 209, 233, 234, 237, 247, 255, 256, 257, 258, 262, 264, 265, 266, 292, 294, 298, 303

Educação infantil 3, 12, 25, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 99, 144, 150, 151, 237, 252

Educação superior 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17

Educación secundaria 153, 154, 155, 164

EJA 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69

Ensino-aprendizagem 31, 38, 53, 92, 98, 207, 273, 274, 303

Ensino superior 3, 4, 6, 15, 16, 17, 69, 99, 139, 140, 148, 149, 150, 151, 173, 204, 273, 305

Envelhecimento 46, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138

Escola 6, 19, 20, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 34, 35, 37, 38, 40, 43, 44, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 59, 61, 63, 66, 71, 72, 74, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 91, 94, 96, 99, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 110, 112, 114, 115, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 127, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 140, 142, 144, 147, 148, 149, 165, 166, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 211, 212, 215, 216, 217, 220, 221, 222, 227, 235, 248, 249, 252, 253, 257, 263, 264, 265, 266, 271, 281, 295, 299, 301, 302, 303

Evolução 153, 155, 157, 158

F

Formação de professores 9, 23, 28, 39, 46, 60, 85, 103, 112, 142, 186, 201, 207, 231, 232, 253, 266, 305

Formação humana 77, 79, 81, 82

Formação inicial de professores 165

G

Gênero 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164

H

História 19, 29, 58, 70, 73, 78, 99, 100, 112, 116, 117, 120, 130, 139, 151, 171, 208, 211, 229, 231, 232, 251, 253, 266, 268, 272, 288, 292, 296, 301, 303

História da inclusão de deficientes 19

I

Inclusão 1, 5, 6, 8, 9, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 34, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 62, 65, 68, 69, 79, 85, 88, 90, 91, 96, 98, 99, 102, 104, 105, 107, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 121, 126, 129, 130, 139, 141, 144, 151, 165, 172, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 185, 186, 200, 203, 205, 206, 207, 208, 209, 225, 226, 227, 230, 231, 233, 234, 235, 238, 241, 242, 243, 246, 247, 249, 251, 253, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 263, 264, 265, 266, 271, 280, 281, 282, 285, 287, 288, 289, 291, 292, 296, 298, 299, 300, 301, 302, 303

Inclusão de deficientes 18, 19, 25, 26, 177, 255, 259

Inclusão escolar 18, 29, 40, 41, 49, 50, 52, 53, 54, 115, 121, 126, 129, 200, 203, 205, 209, 253, 257, 261, 288, 289, 291, 292, 298, 299

Integração 11, 24, 27, 40, 42, 43, 44, 47, 50, 52, 54, 55, 67, 113, 142, 144, 151, 178, 179, 202, 226, 227, 243, 264, 282, 283, 284, 292

Inteligência emocional 71, 72, 74, 75, 77, 78, 79, 84

Intergeneracionalidade 131

J

Jovem aprendiz 280, 281, 282, 285

L

Libras 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 88, 108, 109, 110, 235, 236, 253, 261

P

Paraná 1, 40, 98, 105, 113, 116, 117, 118, 119, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 142, 211

Permanência 4, 6, 8, 10, 11, 14, 50, 53, 56, 57, 58, 62, 65, 67, 68, 69, 99, 114, 169, 182, 202, 203

Políticas públicas 1, 3, 4, 5, 13, 14, 38, 53, 115, 118, 120, 130, 132, 138, 139, 148, 151, 175, 206, 247, 282, 283, 290

Prática pedagógica 38, 39, 50, 86, 166, 169, 172, 173, 179, 222, 288

Prevenção 46, 189, 194, 197, 198, 199, 211, 212, 214, 216, 217, 219, 221, 222, 223, 238, 273

Profissão docente 16, 37, 39, 287, 288, 289, 296

Projeto extracurricular 30, 31, 33, 38

Proposta pedagógica 26, 31, 77, 82, 84, 165, 166, 169, 171, 172, 173

Q

Qualidade de vida 132, 196, 231, 241, 251, 252, 253, 267, 268, 269, 270, 271, 273, 278

S

Soroban 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97

T

Trabalho docente 37, 98, 108, 114, 134, 180

Transtorno do espectro autista 1, 2, 5, 6, 7, 9, 15, 16, 17, 45

Transtornos depressivos 267, 268, 270, 271, 272, 273, 276

A Educação enquanto Fenômeno Social: Política, Economia, Ciência e Cultura

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

A Educação enquanto Fenômeno Social: Política, Economia, Ciência e Cultura

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 